

**Águas do Mirante S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Águas do Mirante S.A.  
Piracicaba - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Mirante S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas do Mirante S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin  
Contador CRC 1SP142133/O-7



Fernando Rodrigues Nascimento  
Contador CRC 1SP244524/O-1

## Águas do Mirante S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.298	33.124	Fornecedores e empreiteiros	9	4.648	6.786
Contas a receber de clientes	5	3.158	2.259	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	92.833	-
Adiantamento a fornecedores	8	1.637	633	Obrigações trabalhistas e sociais		695	410
Impostos a recuperar	6	360	-	Imposto de renda e contribuição social	11	26	-
Despesas pagas antecipadamente		47	121	Obrigações fiscais	11	1.087	466
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>9.500</u>	<u>36.137</u>	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>99.289</u>	<u>7.662</u>
Impostos a recuperar	6	2.062	424	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	226	39.538
Ativo fiscal diferido	18	608	623	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>226</u>	<u>39.538</u>
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<u>2.670</u>	<u>1.047</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	13		
Intangível	7	108.436	17.096	Capital social		21.725	8.325
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>111.106</u>	<u>18.143</u>	Prejuízos acumulados		(634)	(1.245)
<b>Total do ativo</b>		<u><u>120.606</u></u>	<u><u>54.280</u></u>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>21.091</u>	<u>7.080</u>
				<b>Total do passivo</b>		<u>99.515</u>	<u>47.200</u>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>120.606</u></u>	<u><u>54.280</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Águas do Mirante S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	14	104.465	23.258
Custos dos serviços prestados	15	<u>(94.484)</u>	<u>(19.756)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>9.981</u>	<u>3.502</u>
Despesas administrativas e gerais	16	(8.227)	(4.930)
Outras receitas operacionais		12	2
Outras despesas operacionais		<u>(35)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<u>1.731</u>	<u>(1.426)</u>
Receitas financeiras	17	1.920	46
Despesas financeiras	17	<u>(2.747)</u>	<u>(488)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<u>(827)</u>	<u>(442)</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>		904	(1.868)
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>(293)</u>	<u>623</u>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<u><u>611</u></u>	<u><u>(1.245)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Águas do Mirante S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*(Em milhares de Reais)*

	2013	2012
<b>Resultado do período</b>	<u>611</u>	<u>(1.245)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>611</u></u>	<u><u>(1.245)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Águas do Mirante S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>				
	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	33.263	(24.938)	8.325	(1.245)	7.080
Integralização de capital em dinheiro	-	13.400	13.400	-	13.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	611	611
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>33.263</u>	<u>(11.538)</u>	<u>21.725</u>	<u>(634)</u>	<u>21.091</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Águas do Mirante S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro (prejuízo) do exercício		611	(1.245)
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social	18	293	(623)
Amortização	7	316	56
Juros sobre empréstimos e encargos sobre financiamentos	17	1.902	232
		<u>3.122</u>	<u>(1.580)</u>
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes		(899)	(2.259)
Adiantamento a fornecedores		(1.004)	-
Impostos a recuperar		(1.998)	(485)
Despesas pagas antecipadamente		74	(754)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores e empreiteiros		(2.138)	6.786
Obrigações trabalhistas e sociais		285	410
Obrigações fiscais		651	527
Juros pagos		(24)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(282)</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<u>(2.213)</u>	<u>2.645</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Adições ao intangível	7	<u>(86.371)</u>	<u>(17.152)</u>
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento</b>		<u>(86.371)</u>	<u>(17.152)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Integralização de capital em dinheiro	12	13.400	8.325
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		46.433	39.306
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		<u>(75)</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>		<u>59.758</u>	<u>47.631</u>
(Redução) / aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(28.826)</u>	<u>33.124</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		33.124	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>4.298</u>	<u>33.124</u>
(Redução) / aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(28.826)</u>	<u>33.124</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Águas do Mirante S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo. A Companhia foi constituída em 01 de março de 2012, com a denominação de Adnos Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. Em 23 de maio de 2012, com a mudança dos acionistas, a razão social também foi alterada para a atual, iniciando efetivamente suas operações em 11 de junho de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012 firmado com a SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto do Município de Piracicaba, São Paulo (doravante denominada “SEMAE”), concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Piracicaba, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria-público privada, na modalidade administrativa, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, renovável por igual período.

A Companhia tem por objeto a operação e gerenciamento de atividades-objeto desta concessão, designada para fins de coleta, tratamento, deposição ou eliminação de esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem, projeto e construção dos referidos sistemas, fabricação, instalação, supervisão e montagem de equipamentos relacionados com sua atividade fim, compra, venda e produção de materiais relacionados com sua atividade fim, operação de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais, prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da sociedade e participação em outras sociedades dedicadas à sua área de atividade, comerciais ou civis, nacionais e/ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista.

Como marco do contrato de parceria público privada firmado entre a Companhia e o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto, a Companhia se comprometeu à construção de uma nova estação de tratamento de esgoto denominada ETE - Bela Vista. Esta estação de tratamento foi concluída em 27 de dezembro de 2013. Com o atendimento deste marco do contrato de parceria pública privada, a Companhia atingirá o nível de 85% de esgoto tratado na cidade de Piracicaba.

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que, em 31 de dezembro de 2013, detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Conforme demonstrado no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 90.984, em virtude basicamente de 1º emissão de debêntures no ano de 2012, bem como da 2º emissão de debêntures e captação de empréstimo de capital de giro no ano de 2013, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. A Companhia possui suporte financeiro da sócia Aegea Saneamento e Participações S.A., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com as parcelas destas dívidas. A administração da Companhia já iniciou a negociação junto aos credores para alongamento da dívida com expectativa de renovação para junho de 2014.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2014.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 7 - definição de vida útil do ativo intangível; e
- Nota explicativa nº 18 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados

## **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado nessas demonstrações financeiras.

**a. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos conforme segue:

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, leasing, fornecedores e empreiteiros e outras contas a pagar.

**(iii) Capital social - ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo no encerramento de cada exercício social.

**b. Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item *m*.
- Intangível em andamento

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

**c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro da Companhia não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;

- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; o
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

**Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**d. Demais ativos circulante e não circulante**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**e. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**f. Provisão de manutenção - contratos de concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada no exercício com relação a este assunto.

**g. Demais passivos circulante e não-circulante**

São demonstradas pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**h. Benefícios a empregados**

**(i) Benefício de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação

possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) *Benefício pós-emprego - planos de saúde***

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

**i. Receita operacional**

**(i) *Contratos de concessão de serviços***

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao Pronunciamento Técnico nº 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**j. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem os juros de aplicações financeiras e os descontos obtidos na operação sendo reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**k. Arrendamentos**

**(i) *Ativos arrendados***

Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

**(ii) Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**1. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

**(i) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(ii) Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

**(iii) Exposições fiscais**

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### **I. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pelo prazo da concessão.

**m. Capitalização dos custos dos empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquela que pode ser relevante para a Companhia está mencionada abaixo. A Administração da Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)***

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseados no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) não deve causar nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

**o. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2013	2012
Caixa	1	5
Banco conta movimento	15	3.624
Aplicações financeiras	4.282	29.495
	<hr/> 4.298	<hr/> 33.124

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses ativos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários e são remunerados a taxas que variam de 80% a 100% do CDI.

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e faz parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

A exposição do grupo de riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 19.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

## 5 Contas a receber de clientes

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Serviços de tratamento de esgoto	<u>3.158</u>	<u>2.259</u>
	<u><u>3.158</u></u>	<u><u>2.259</u></u>

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	<b>Saldos vencidos</b>			
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Até 180 dias</b>	<b>Mais de 180 dias</b>	
SEMAE	1.996	434	728	3.158
	<u>1.996</u>	<u>434</u>	<u>728</u>	<u>3.158</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se fez necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber de clientes vencidos, visto que os montantes referem-se exclusivamente a prestação de serviço de tratamento de esgoto para órgãos públicos os quais ainda não foram repassados pelo SEMAE.

## 6 Impostos a recuperar

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
PIS - Programa de integração social	9	11
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	41	49
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	<u>310</u>	<u>1</u>
Circulante	<u><u>360</u></u>	<u><u>61</u></u>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
INSS retido na fonte (a)	<u>2.062</u>	<u>424</u>
Não circulante	<u><u>2.062</u></u>	<u><u>424</u></u>

- (a) O saldo refere-se a retenções de INSS calculado sobre as notas fiscais de serviços prestados pela Companhia. Durante o exercício de 2013 a Companhia ingressou com pedidos de restituição e aguarda a aprovação das autoridades fiscais para ressarcimento dos montantes retidos.

## 7 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

	<b>Direto de exploração da infraestrutura</b>	<b>Intangível em andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos 31 de dezembro de 2012</b>	494	16.602	17.096
Adições	2.068	89.588	91.656
Amortizações	<u>(316)</u>	<u>-</u>	<u>(316)</u>
<b>Saldos 31 de dezembro de 2013</b>	<u><u>2.246</u></u>	<u><u>106.190</u></u>	<u><u>108.436</u></u>

O ativo intangível, registrado nas rubricas Direito de exploração da infraestrutura e em andamento, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

Os custos de capitalização de empréstimos na rubrica de intangível em andamento totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 5.285 (R\$ 694 em 2012) e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”, no demonstrativo acima.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

## 8 Transações com partes relacionadas

### Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2013 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 991 (R\$ 492 em 2012). Este montante foi registrado no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 3 h (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

### Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

### Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

		2013		2012	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Ativo circulante</b>					
Adiantamento a fornecedores	(a)	-	-	600	-
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa nº 9)	(b)	-	3.204	-	4.970
		-	3.204	600	4.970
		-	3.204	600	4.970
		<b>31/12/2012</b>		<b>31/12/2013</b>	
		Ativo	Passivo	Recebimentos efetuados	Ativo
				Pagamentos efetuados	Passivo
				Compras / adições	
Aegea Saneamento e Participações S.A.	(b)	-	-	1.163	1.105
Mobit Mobilidade e Participações S.A.	(b)	-	-	801	801
Greq Administração e Participações Ltda.	(b)	-	-	5	5
Águas Guariroba S.A.	(b)	-	-	9	9
Engepav Engenharia e Comércio Ltda.	(b)	-	-	26.130	25.435
Minerpav Mineradora Ltda.	(b)	-	-	254	240
Equipav Engenharia Ltda.	(b)	-	4.970	10.878	13.411
Equipav Tecnologia e Engenharia Ltda.	(b)	-	-	26.495	26.495
Equipav Pavimentação Ltda.	(a)	600	-	-	600
		600	4.970	65.735	67.501
		600	4.970	65.735	67.501

- (a) Saldo decorrente de adiantamento à Equipav S.A. Pavimentação Engenharia e Comércio para a realização de consultoria especializada relativa ao estudo técnico de engenharia dos projetos de obras e apoio as negociações junto ao SEMAE para o plano de investimento. O montante foi integralmente pago durante o exercício de 2013.
- (b) Saldos mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de fornecedores partes relacionadas são de natureza operacional por conta de contratação de serviços para execução de obras de ampliação e manutenção nas redes de água e esgotamento sanitário que serão liquidados no curto prazo.

## 9 Fornecedores e empreiteiros

	2013	2012
Prestações de serviços e fornecedores de materiais	1.444	1.816
Fornecedores partes relacionadas (veja nota explicativa nº 8)	3.204	4.970
	4.648	6.786
	4.648	6.786

## 10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	2013	2012
Debêntures	100% da taxa DI + 3,15% a.a.	72.479	39.538
Capital de Giro	100% da taxa DI + 2,20% a.a.	20.246	-
Leasing	100% da taxa DI + 2,60% a.a.	334	-
Total		<u>93.059</u>	<u>39.538</u>
Circulante		92.833	-
Não circulante		226	39.538

### Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros não circulantes:

	2013	2012
2015	108	-
2016 em diante	117	-
	<u>226</u>	<u>-</u>

A Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 385 (R\$ 694 em 2012) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08(R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013.

## 11 Obrigações fiscais

	2013	2012
PIS - Programa de integração social	86	60
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	394	213
ISS - Imposto sobre serviços	100	95
PIS/COFINS/CSLL Retidos	139	34
ISS - Imposto sobre serviços retidos	214	26
INSS retido	114	32
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	40	6
	<u>1.087</u>	<u>466</u>

## 12 Contingências

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui nenhum litígio em relação a questões cíveis, trabalhistas e/ou tributárias e atualmente não está se defendendo judicialmente de nenhum auto de infração, processo administrativo, notificação e/ou reclamação trabalhista. Desta forma, nenhuma provisão para contingências foi considerada necessária em 31 de dezembro de 2013.

## 13 Patrimônio líquido

### a. Capital social

A Companhia foi constituída em 1º de março de 2012, sob a razão social de Adnos Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., cujos sócios foram os Srs. Jobelino Vitoriano Locateli e José Tavares de Lucena.

Em 23 de maio de 2012, a Equipav S.A. Pavimentação, Engenharia e Comércio (“Equipav”) e Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”), com anuência dos antigos sócios, foram admitidas na sociedade, a qual teve seu capital aumentado em R\$ 1 para R\$ 33.263. A Equipav e a Aegea subscreveram um total 29.936 e 3.326 quotas, respectivamente, das quais 2.993 e 332 quotas, respectivamente, foram integralizadas no ato. Ato contínuo, as quotistas resolveram alterar a denominação social da Empresa para Águas do Mirante Ltda.

Em 26 de setembro de 2012, as quotistas transformam o tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, sendo o capital da sociedade previsto para ser integralizado no prazo de cinco anos atendendo as disposições estabelecidas no edital de concorrência pública, sob nº 01/2011, relativo a parceria público privada, na modalidade de concessão administrativa, para o Município de Piracicaba/SP.

Em 14 de dezembro de 2012, a Equipav e a Aegea integralizaram parte do capital nos montantes de R\$ 4.500 e R\$ 500, respectivamente, passando o capital social integralizado a ser de R\$ 8.325, representado por 33.263.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

No dia 19 de dezembro de 2012, a sócia Equipav vendeu a totalidade de suas ações para o Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações (“FIP”). Ato contínuo, o FIP transferiu a totalidade de suas ações para a Aegea Saneamento e Participações S.A. em operação de troca de ações onde o FIP passou a ter participação no capital social da mesma.

Desta forma, a partir de 31 de dezembro de 2012 a Aegea Saneamento e Participações S.A. passou a ser detentora da totalidade das ações que compõem o capital social da Companhia.

Em 29 de maio e 11 de novembro de 2013, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou parte do capital nos montantes de R\$ 8.400 e R\$ 5.000, respectivamente, passando o capital social integralizado a ser de R\$ 21.725, representado por 33.263.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## 14 Receita operacional líquida

	2013	2012
<b>Receita de prestação de serviços</b>		
Receita bruta de tratamento de esgoto	22.154	8.075
Receita de construção	85.421	16.316
<b>Deduções da receita bruta</b>		
Impostos sobre serviços	<u>(3.110)</u>	<u>(1.133)</u>
 Total da receita operacional líquida	 <u>104.465</u>	 <u>23.258</u>

## 15 Custos dos serviços prestados

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Custos de construção	( 85.421)	(16.316)
Custos de concessão	(2.687)	(860)
Pessoal	(2.900)	(727)
Produtos químicos	(220)	(67)
Energia elétrica	(2.027)	(670)
Materiais, equipamentos e veículos	(313)	(136)
Amortização	(316)	-
Serviços de terceiros	(463)	(754)
Conservação e manutenção	(44)	(15)
Outros	(93)	(213)
	<u>(94.484)</u>	<u>(19.756)</u>

## 16 Despesas administrativas e gerais

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Viagens e estadias	(311)	(962)
Materiais de consumos	(271)	(187)
Transporte e refeição	(484)	(261)
Materiais de segurança	(242)	(183)
Pessoal	(1.379)	(788)
Encargos sociais	(366)	(220)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.247)	(223)
Manutenção	(175)	(92)
Publicidade e marketing	(560)	(705)
Seguros	(273)	(155)
Serviços de terceiros	(1.515)	(568)
Utilidades e serviços	(1.016)	(114)
Outras	(388)	(427)
	<u>(8.227)</u>	<u>(4.930)</u>

## 17 Despesas financeiras líquidas

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Receitas</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	1.898	38
Descontos obtidos	22	8
	<u>1.920</u>	<u>46</u>
<b>Despesas</b>		
Comissões e despesas bancárias	(581)	(8)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.902)	(232)
IOF sobre encargos financeiros	(239)	(240)
Juros e multas	(25)	(8)
	<u>(2.747)</u>	<u>(488)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(827)</u>	<u>(442)</u>

## 18 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

### a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, está apresentada como segue:

	2013	2012
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	904	(1.868)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(307)	635
Despesas não dedutíveis	14	(12)
<b>Imposto de renda e contribuição social:</b>		
Corrente	(308)	-
Diferido	<u>15</u>	<u>623</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(293)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	<u>32%</u>	<u>33%</u>

### b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2013	2012
Ajustes RTT - intangível	(93)	(194)
Passivo fiscal diferido	<u>(93)</u>	<u>(194)</u>
Provisões diversas	66	49
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	635	768
Ativo fiscal diferido	<u>701</u>	<u>817</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>608</u>	<u>623</u>

## 19 Instrumentos financeiros

### Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

### Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	16	3.629
Aplicações financeiras	4.282	29.495
Contas a receber de clientes	3.158	2.259
	<u>7.456</u>	<u>35.383</u>

### **Garantias**

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia, além daquelas citadas na nota explicativa nº 10.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

São analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013:

	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Superiores há 1 ano</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	16	16	-
Aplicações financeiras	4.282	4.282	-
Contas a receber de clientes	3.158	3.158	-
Total	<u>7.456</u>	<u>7.456</u>	<u>-</u>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores e empreiteiros	4.648	4.648	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	93.059	92.833	226
Total	<u>88.411</u>	<u>88.411</u>	<u>226</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

### **Risco de taxa de juros**

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	4.282	29.495
Passivos financeiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar	<u>(93.059)</u>	<u>(39.538)</u>
Líquido	<u>(88.777)</u>	<u>(10.043)</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus

instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2013	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV - 25%	V - 50%
<b>1 - Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	4.282	Variação do CDI	8,40%	360	450	540	270	180
<b>2 - Passivos financeiros</b>								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(93.059)	Variação do CDI	8,40%	(7.817)	(9.771)	(11.725)	(5.863)	(3.908)
1 + 2		<b>Efeito</b>		<u>(844)</u>	<u>(1.055)</u>	<u>(1.265)</u>	<u>(633)</u>	<u>(422)</u>

### **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

### **Gerenciamento do capital**

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

### **Classificação dos instrumentos financeiros**

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2013
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	16	-	16
Aplicações financeiras	4	4.282	-	-	4.282
Contas a receber de clientes	5	-	3.158	-	3.158
Total		4.282	3.174	-	7.456
<b>Passivos</b>					
Fornecedores e empreiteiros	8	-	-	4.648	6.786
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	-	-	93.059	39.538
Total		-	-	97.707	46.324

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2012
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	3.629	-	3.629
Aplicações financeiras	4	29.495	-	-	29.495
Contas a receber de clientes	5	-	2.259	-	2.529
Total		29.495	5.888	-	35.653
<b>Passivos</b>					
Fornecedores e empreiteiros	8	-	-	6.786	6.786
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	-	-	39.538	39.538
Total		-	-	46.324	46.324

## Valor justo

### *Instrumentos financeiros “não derivativos”*

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrado abaixo:

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos e debêntures	93.059	99.155	39.538	42.113

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

### **Hierarquia de valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### **Apuração do valor justo**

Nível 1 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 2 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

## **20 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 37.742 para risco operacional, R\$ 2.000 para responsabilidade civil e R\$ 33.263 para executante concessionário, respectivamente pela Companhia.

## **21 Compromissos vinculados a contratos de concessão**

A Companhia possui uma concessão adquirida por meio de uma licitação com a SEMAE. Esse contrato de concessão tem o prazo de duração de 30 anos a ser contado a partir da data da assinatura do contrato no ano de 2012. A Companhia não tem qualquer obrigação mensal ou anual a ser paga para a SEMAE referente à concessão adquirida.

## **22 Outros assuntos**

A administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória nº 627 (“MP 627”), de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do

Brasil n° 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela Instrução Normativa n° 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“Instrução Normativa n° 1.397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1° de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1° de janeiro de 2014. A Administração está avaliando se irá optar pela aplicação antecipada das disposições da MP 627 no exercício de 2014.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1.397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

\* \* \*

José Benedito da Silva Braga Filho  
Diretor Presidente

Josélio Alves Raymundo  
Diretor Executivo

Jackson Luis da Silva Santos  
Contador - CRC 1PR 034233/O